CRÍTICA À DESOBEDIÊNCIA CIVIL NA PERSPECTIVA DO CONTRATUALISMO E DA TEORIA DA NORMA JURÍDICA

REVIEW OF CIVIL DISOBEDIENCE FROM THE PERSPECTIVE OF CONTRACTUALISM AND THE THEORY OF LEGAL NORMS

BERNARDO LUIZ MIGDALSKI MOREIRA¹

“Verba volant, scripta manent”

RESUMO

Este trabalho objetiva colocar a teoria de Henry David Thoreau frente a teses propostas por Jean-Jacques Rousseau e Sócrates. Dois filósofos separados por mais de dois milênios, mas a segundos de distância teoricamente – aproximados pelo contratualismo. As contribuições das obras esclarecedoras de teóricos e pensadores como Norberto Bobbio, T. H. Green e Richard Kraut são evidentes conforme avança a exploração teórica. Ademais, as posições que afirmam uma importância no dever da influência moral na lei positiva florescem como nunca, conforme juízos que prezam pela justiça inserida no direito positivo tomam relevância: para cada lei injusta publicada, surge ao menos um movimento contrário à ela. Exemplo disso, é o ato de desobediência civil praticado na sede do Poder Legislativo norte-americano em 2019, resultado das políticas anti-imigração do Pres. Donald Trump – apresentado como caso concreto de desobediência.

Palavras-chave: Desobediência Civil; Sócrates; Henry David Thoreau; Contratualismo; Imigração americana;

ABSTRACT

The following essay objectives to place Henry David Thoreau's theory confronting theses presented by Jean-Jacques Rousseau and Socrates. Two philosophers separated for more than two millenniums, but seconds away in terms of soul theory – approximated, truly, cause of the contractualism. The contributions of the enlightening works of theorists and thinkers like Norberto Bobbio, T. H. Green and Richard Kraut are evident as the theoretical exploration progresses. In addition, the positions that affirm an importance in the duty of moral influence in positive law flourish as never before, as judgments that value justice inserted in positive law become relevant: For every unjust law published, at least one movement contrary to it appears. An example of this is the act of civil disobedience practiced at the headquarters of the U.S. Legislative Branch in 2019, the result of Pres. Donald Trump's anti-immigration policies - presented as a concrete case of disobedience.

Keywords: Civil Disobedience; Socrates; Henry David Thoreau; Contractualism; United States Immigration;

Introdução

A desobediência civil esteve presente em diversas nações ao longo da história ocidental. Desde a resistência ao domínio britânico pregada pelo advogado Mohandas Gandhi, até o movimento favorável aos direitos civis iguais para *todos* os americanos na década de 1960 – liderado pelo Dr. Martin Luther King.

Apesar disso, pode-se observar um incontestável posicionamento no assunto, declarado há mais de 25 séculos: Sócrates manteve um diálogo com um de seus melhores amigos, Críton, na noite anterior à sua morte. O diálogo transcrito por Platão – intitulado

¹ Bernardo Luiz Migdalski Moreira é acadêmico de Direito no UNICURITIBA.

Críton, ou o Dever – ocorre quando um dos maiores filósofos que o Ocidente já conheceu foi colocado em frente a um dilema: morrer, cumprindo a decisão judicial imposta pelo Tribunal dos Quinhentos ateniense, praticando o que sempre defendera ao longo da vida (em suma, que o justo deve respeitar a lei injusta, para que o injusto respeite a lei justa) em detrimento de viver, ao fugir com seus amigos e discípulos (grupo liderado por Críton), mas enfrentar os eternos questionamentos das “Leis e da Cidade”, deixando de lado tudo o que defendera, dependendo também da opinião pública. Críton e outros amigos de Sócrates acompanharam-no enquanto encarcerado – ao menos na noite anterior à sua execução. Todos tentavam convencer o filósofo a fugir da prisão, mas a decisão já estava tomada.

Aproximadamente 2500 anos depois, nasce nos Estados Unidos aquele que viria a se tornar o pai do conceito de desobediência à lei fundamentada e deliberada. Henry David Thoreau (1817 – 1862) redigiu um ensaio bastante conciso e claro, como meio de justificar o fim das suas contribuições tributárias ao governo federal. Ainda, questionou as autoridades responsáveis pela legislação americana e o próprio presidente dos Estados Unidos. Ao desafiar autoridades, denunciar o que considerava injusto e desobedecer as normas postas, Henry Thoreau é celebrado até a atualidade como um personagem importante na busca pela justiça, enquanto suas obras são objeto de forte discussão acadêmica, sendo discutidas em teses, dissertações e artigos científicos, como este que se apresenta abaixo.

“Civil Disobedience”, por Henry David Thoreau

Com um viés contrário ao contratualismo socrático, no século XIX, surge o teórico Henry David Thoreau, o primeiro a dar nome a prática milenar da “Desobediência Civil”, em livro homônimo lançado em um período muito conturbado na história americana: A Guerra de 1846 empreendida pelos Estados Unidos da América contra o seu país vizinho, o México¹. De acordo com Thoreau, a Guerra seria “obra de uns poucos indivíduos que usam o governo permanente como seu instrumento, pois, de início, o povo não teria consentido nesta medida” (THOREAU, 1997). Para o teórico, não bastava apenas a manifestação de contrariedade à Guerra, porque esse não era o único problema na América governada por James K. Polk²:

Aqueles que, embora desaprovando o caráter e as medidas do governo, dão a ele sua lealdade e seu apoio, são indubitavelmente seus defensores mais conscienciosos e frequentemente tornam-se os mais sérios obstáculos à reforma. Alguns dirigem-se ao Estado pedindo que este dissolva a União, que desconsidere as solicitações do Presidente. Por que eles mesmos não dissolvem a união que existe entre eles e o

² James K. Polk serviu como 11º presidente dos Estados Unidos, no período de 1845 a 1849. Empenhou esforços em uma política expansionista, que privilegiou a anexação de territórios em detrimento da resolução do Elefante Branco da época – assim pode ser considerada a escravidão no século XIX.

Estado e não se recusam a pagar sua cota ao Tesouro? Não se mantêm, assim, em relação ao Estado, do mesmo modo que o Estado em relação à União? E não serão as mesmas razões que impediram o Estado de resistir à União que os impedem de resistir ao Estado? (THOREAU, 1997)

O questionamento pode ser respondido de diversas maneiras. Em uma delas, Thoreau afirma que o mesmo laço de comprometimento pendente entre o Estado e a União pende entre o Estado e os cidadãos. A partir do ângulo teórico contratualista, os cidadãos assinam o Contrato para viver em sociedade, usufruindo dos bens e das conquistas do Estado, com a contrapartida de obediência e respeito às leis. Portanto, caso haja o desrespeito às leis por parte de um cidadão sequer, o Contrato está rompido. Esse fundamento é observado no diálogo socrático, e muito depois, no século XVIII, com a publicação do “Contrato Social” de Rousseau:

Se, portanto, separar do pacto social aquilo que não pertence à sua essência, veremos que ele se reduz aos seguintes termos: cada um de nós põe sua pessoa e toda sua potência sob a suprema direção da vontade geral; e recebe, enquanto corpo, cada membro como parte invisível do todo (ROUSSEAU, 2013)

Portanto, ao analisarmos a teoria do pacto social de Rousseau, a violação deliberada das leis (que derivam diretamente da vontade geral) quebra o contrato firmado por todos os cidadãos. O conceito de Pacto Social de Rousseau é apresentado no Capítulo VI do Livro I do Contrato Social. Porém, o filósofo acredita ser necessário conceituar a vontade geral em primeiro lugar. A vontade geral é a base para que o Pacto Social seja efetivado, afinal, como afirma Rousseau:

(...) cada um, ao se dar a todos, não se dá a ninguém e, não existindo um associado sobre o qual não se adquira o mesmo direito que se ele sobre si mesmo, ganha-se o equivalente de tudo que você perde e mais força para conservar o que você tem (ROUSSEAU, 2013).

Ou seja, não há situação alguma em que um indivíduo tenha mais oportunidades do que outro de expressar suas vontades. Em uma sociedade posta sob o Pacto Social, todos se sentem parte de um todo, unido, que pode exercer o poder de se reunir e decidir seu próprio futuro. Contudo, a partir da visão de Thoreau, os indivíduos podem violar as leis se, e somente se, a injustiça fizer parte das engrenagens que movimentam a máquina do Estado:

Se ela for de natureza tal que exija que nos tornemos agentes de injustiça para com os outros, então proponho que violemos a lei. Deixemos que nossas vidas sejam um anti-atrito capaz de deter a máquina. O que devemos fazer, de qualquer maneira, é verificar se não nos estamos prestando ao mal que condenamos (THOREAU, 1997)

Thoreau é o primeiro teórico do século XVIII a apresentar a violação das leis como uma resposta às injustiças do Estado. O autor deixou de pagar as “cotas” ao governo, não concordando com o destino que era dado ao seu dinheiro, ação esta fundamentada em sua

teoria da Desobediência Civil. Porém, ele atenta ao fato de que, ao deixarmos de pagar as “cotas”, ou impostos, podemos de certa forma gerar uma injustiça maior do que a combatida, em primeiro lugar, pela desobediência.

Existem leis injustas; devemos submeter-nos a elas e cumpri-las, ou devemos tentar emendá-las e obedecer a elas até sua reforma, ou devemos transgredi-las imediatamente? Numa sociedade, com um governo como o nosso, os homens pensam que devem até que tenham convencido a maioria a alterar essas leis. A sua opinião é de que a hipótese da resistência pode vir a ser um remédio pior do que o mal combatido. Mas é precisamente, o governo o culpado pela circunstância de o remédio ser de fato pior do que o mal. (THOREAU, 1997)

Na obra, Thoreau deixa claro que não entende qual é, de fato, o mal no remédio que ele deseja utilizar para curar as injustiças do Estado. O mal considerado por Thoreau – as injustiças dos dispositivos legais – não chega nem próximo da malignidade proposta pela sua obra: não há qualquer mal citado nela que seja maior que o próprio propósito dela mesma.

Além disso, tenta transferir para o governo – eleito de forma a apreciar a vontade geral – a responsabilidade sobre a injustiça das leis. Não é o governo que estabelece o cumprimento das Leis: o dever nasce junto com a norma, de forma fraterna e imediata. Portanto, culpar o governo – descrito na obra como uma instituição análoga a um “revólver de brinquedo” – é apenas uma narrativa alternativa menos dolorosa, que deixa de responsabilizar o agente que tudo determina na Constituição Americana e no ordenamento jurídico americano, desde 1787: O próprio povo – *“We the People”*.

Ao inferiorizar a validade frente à justiça, Henry Thoreau lança um precedente perigoso no trato com a Lei: quando se ignora a validade da lei ao descumpri-la em nome de um bem variável considerado “maior” – como a justiça –, pode iniciar-se um ciclo interminável de desobediência, afinal, dispositivos legais modificados – justos, diriam alguns – não de vigorar, ferindo princípios de justiça diversos daqueles primeiros que motivaram a mudança.

O autor apresenta ainda que a norma reguladora responsável por estabelecer a obrigação do pagamento de impostos ao governo federal não possuía uma sanção específica, seja ela positiva ou negativa, para imposição àqueles que possuísem uma dívida ativa com o governo. Thoreau descreve que:

Pode-se pensar que a deliberada e eficaz negação de sua autoridade tenha sido a única ofensa jamais levada em conta pelo governo. De outro modo, por que não lhe atribuiu ele uma penalidade definida, adequada e proporcional? Se um homem sem propriedade alguma recusa-se uma única vez a contribuir com nove xelins para o Estado, é aprisionado por um período de tempo ilimitado por qualquer lei que seja de meu conhecimento, e determinado apenas pelo critério pessoal daqueles que ali o

colocaram. Mas tivesse ele roubado ao Estado noventa vezes nove xelins, teria sido sem demora posto em liberdade. (THOREAU, 1997)

Dessa forma, Henry Thoreau acredita que o fato de a norma não prever sanções contribui como motivação à sua desobediência? Ora, pelo olhar do autor, toda norma que não apresenta sanção e enfatiza, a partir disso, a injustiça presente nela deve ser desobedecida, assim como a que ele próprio desobedeceu. Ao expor os tipos legais a uma análise positiva, observa-se que as normas questionadas comandam comportamentos diferentes, em esferas jurídicas diferentes. A partir dessa posição, Bobbio afirma:

Não há dúvida de que existem, em todo ordenamento jurídico, normas de que ninguém saberia indicar qual é a consequência desagradável imputada em caso de violação. Não há justiça que não possa citar um certo número delas tanto no Direito privado, como no Direito público. [...] O próprio legislador parte do pressuposto de que possam existir normas não sancionadas; (BOBBIO, 2002)

A ausência de sanção não torna um comando ou dispositivo legal “menos normativo”, ou seja, não tira a essência de norma atribuída pela validade e legitimidade do processo que culminou em sua criação. Os dispositivos legais que regulam a tributação norte-americana se ausentavam de apresentar uma sanção ao comportamento contrário ao comandado, mas não por isso deve o indivíduo incorrer em sua desobediência.

O diálogo “Críton, ou Do dever” e seu significado

A passagem de Sócrates pela Grécia Antiga é mais do que notável, seja pelos seus registros no Oráculo de Delfos, pela sua dialética ou pelo grande impulso ao pensamento ocidental gerado por ele. Foi retratado de diversas formas, por diversos indivíduos: era centrado e muito convicto, um filósofo crítico comprometido com a eticidade dos processos de pensamento, se levados em consideração os relatos de Platão e Xenofonte; um presunçoso falastrão, se observada a peça *Nuvens*, de Aristófanes. De um modo ou de outro, mesmo que sua teoria possa ser – e será – questionada com o passar do tempo, sua notabilidade histórica e filosófica é inquestionável.

O acesso à obra da sua vida, sua reflexão, é possível apenas por meio de outros autores, sendo que alguns dos diálogos socráticos disponíveis ainda hoje foram registrados por Platão, um de seus discípulos. Portanto, para um entendimento e uma abordagem correta do pensamento socrático, os diálogos devem ser o centro da análise, citando mais especificamente o diálogo “*Críton, ou o Dever*”.

O diálogo ocorre, como já afirmado, em um momento crucial para Sócrates: a noite anterior à sua morte. É visto, pela comunidade acadêmica, de forma conectada a outro diálogo

socrático de grande relevância, a *Apologia*. Não cabe a esse trabalho questionar a veracidade dos diálogos, mas sim, analisar como o entendimento de um afeta o do outro, e por conseguinte a sua relação com a obediência direta de decisões judiciais e da lei.

Os dois diálogos são pertinentes por tratarem tanto da condenação de Sócrates, como de um dos questionamentos mais antigos da Ciência Política: a razão da obediência às leis. A contradição socrática é evidente ao abordar a obediência. Na *Apologia*, Sócrates afirma a existência de mais de um princípio imperativo superior às decisões judiciais. N’*O Dever*, em um longo diálogo reflexivo com as Leis, a conclusão é que ou se persuade de forma democrática, ou obedece-se incondicionalmente. Aqui, a base será constituída dos estudos de Richard Kraut³, que trata de Sócrates como um verdadeiro defensor do *Rule of Law* e do Estado Democrático de Direito, referindo-se ao filósofo como um “bom patriota democrata”. Em consonância, Thomas Green afirma:

Num país como o nosso, com governo popular e métodos definidos de promulgar e contestar as leis, a resposta do senso comum é simples e suficiente. Deve fazer tudo o que pode para ver a ordem anulada, mas até que seja anulada deve conformar-se com ela. (GREEN, 2002)

A posição supracitada é defendida ao longo de toda a obra *Lectures on the Principles of Political Obligation*, publicada por Green em 1895, onde o diálogo socrático é abordado diretamente. Para colocar um fim no questionamento, o pensador Leo Strauss afirma que, enquanto a *Apologia* é a “conversa pública, em pleno dia com a cidade de Atenas, *Crítion* é a conversa na mais estrita privacidade, escondida de todos pelas paredes da prisão, com o seu mais velho amigo”. Observar-se-ia normal que Sócrates afirmasse uma coisa a quem foi preparado por ele mesmo para ouvir a verdade, e outra coisa ao Tribunal dos Quinhentos.

Tendo esclarecido os pontos mais instáveis do posicionamento socrático, convém uma análise mais profunda do diálogo. O início apresenta a chegada de Crítion, um dos amigos mais próximos de Sócrates, na carceragem onde o filósofo está detido. O claro objetivo do recém chegado é, por meio de propina e corrupção, retirar Sócrates de sua cela:

Não é muito o dinheiro que certas pessoas querem receber para levar-te daqui e salvar-te. Depois, não vês como são baratos esses sicofantas? Que não seria preciso gastar muito com eles? Os meus haveres estão a tua disposição e acho que são suficientes; além disso, caso apreensivo por mim, te pareças não devas despendar o meu, aí estão aqueles estrangeiros, prontos a gastar (PLATÃO, 2019)

Sendo posto em frente da oferta de Crítion, para abandonar seu cárcere e fugir para Tessalia – uma importante região administrativa Grega –, Sócrates trata de analisar sua

³ A posição de Kraut relacionada à Sócrates aparece em sua obra “*Socrates and the State*”, publicada pela Princeton University Press, em 1984.

situação, afirmando que ele deve “examinar se devemos proceder como queres ou não. Quanto a mim, não é de agora, sempre fui deste feitio: não cedo a nenhuma outra de minhas razões, senão à que minhas reflexões demonstram ser a melhor”. Deve-se chamar a atenção para o contexto: um homem, diante da possível orfandade de seus filhos, decide organizar os pensamentos e refletir se deve ceder à tentação da fuga. Críton, tentando persuadir o filósofo, menciona o apoio popular que teriam na cidade vizinha, além do apoio de seus discípulos e amigos. Sócrates, com o objetivo de descartar o suporte da opinião pública como fundamento de sua saída, parte para uma analogia entre o corpo humano e a saúde: se, quando um homem faz exercícios, ele dá ouvidos ao louvor, à censura, ao parecer de toda a gente ou somente a quem porventura é médico ou instrutor de ginástica. Críton responde que o homem só deve atender ao especialista. Porquanto, apresenta ainda que: se o homem dá ouvidos à população, àqueles que de nada entendem, arruína o seu corpo, de forma que conclui sua lógica afirmando:

(...) não é absolutamente com o que dirá de nós a multidão que nos devemos preocupar, mas com o que dirá a autoridade em matéria de justiça e injustiça, a única, a Verdade em si. Assim sendo, para começar, não apontas o bom caminho quando nos prescreves que nos inquietemos com o pensamento da multidão a respeito do justo, do belo, do bem e de seus contrários. A multidão, no entanto, dirá alguém, é bem capaz de nos matar. (PLATÃO, 2019)

Além de Sócrates afirmar que deve seguir a opinião das autoridades ao invés da população, cogita a instabilidade e as incertezas que o ato de confiar uma injustiça nas mãos do povo traz. Por um lado, esta pode recebê-lo de bom grado. Por outro, pode acabar se rebelando contra o grupo, obrigando Sócrates a enfrentar o mesmo fim que seus colegas e ele temiam. A partir deste raciocínio, o filósofo ainda afirma que um homem não deve se contentar em viver: deve buscar viver bem, de forma honrada e conforme a justiça. A dúvida passa a ser se, ao fugir, conseguirá viver bem. Para isso, Sócrates usa a ironia – um dos seus métodos dialéticos mais famosos – para dialogar com as *Leis*⁴ (A decisão judicial) impostas a ele pela *Cidade* (Tribunal dos Quinhentos). Eles tratam da destruição da Cidade, a partir do entendimento de que, ao desobedecê-la, Sócrates trairia – ou, da mesma forma, descumpriria – a convenção firmada por ele. Este é um dos trechos mais inovadores do diálogo, onde Sócrates precede o contratualismo, teoria introduzida, séculos depois, pelo iluminista Rousseau:

Saindo daqui, desobedientes à cidade, lesamos a alguém e logo a quem menos devemos lesar, ou não? E cumprimos as convenções justas que firmamos, ou não? (...)

⁴ Aqui, aplica-se a escrita em itálico porque Sócrates pratica o antropomorfismo das Leis e da Cidade, atribuindo uma consciência a construções antrópicas, em benefício do método.

Se, no momento em que eu estivesse para me evadir daqui, ou como quer que se diga, chegassem as Leis e a Cidade, assomassem perguntado: "Dize-nos, Sócrates: que pretendes fazer? Que outra coisa meditas, com a façanha que intentas, senão destruir-nos a nós, as Leis e toda a Cidade, na medida de tuas forças? Acaso imaginas que ainda possa subsistir e não esteja destruída uma cidade onde nenhuma força tenham as sentenças proferidas, tornadas inoperantes e aniquiladas por obra de simples particulares?" - Que responder, Critão, a essas e semelhantes perguntas? (PLATÃO, 2019)

Esse é o ponto fundamental: o grande significado do diálogo para um tratado sobre a Desobediência Civil. Para Sócrates, portanto, as Leis são fundamentais para a manutenção da Cidade e da convenção firmada por todos os seus cidadãos. A força estatal que respalda as decisões judiciais é igualmente importante, uma vez que as normas devem possuir a essência do *dever-ser*, referenciada pelo jurista neokantiano Hans Kelsen, ao tratar do conceito como “a conduta que se adequa ao prescrito na norma, que esta determina como uma permissão, faculdade, competência ou obrigação” (KELSEN, 2003).

A injustiça estrutural na política americana

Nas reuniões realizadas na Filadélfia, pela segunda vez em 1789, foi criado o documento que inspirou a Constituição americana – uma das primeiras normas fundamentais redigidas no ocidente. No dia 12 de julho de 1776 foram aprovados, em uma votação inicial, os Artigos da Confederação: era apresentada ao mundo a primeira Constituição para a recém nascida nação americana. Ao longo da década seguinte tornou-se evidente o fracasso da nova Lei Maior, desencadeado principalmente pela fraqueza do governo. O topo da divisão vertical dos poderes era inexistente, pois não havia um poder executivo central, gerando uma fragilidade no tocante à cobrança de impostos e tarifas comerciais. Os governos estaduais começaram a instituir as próprias tabelas tarifárias e engajar em suas próprias negociações e acordos comerciais com outros países. Nesse cenário, os constitucionalistas se reuniram novamente na Philadelphia, em 1787, para reescrever o documento, tendo como objetivo: a) criar um governo central independente, que respeitasse e protegesse a liberdade individual, levando em consideração os erros dos Artigos da Confederação; b) criar um governo que funcionasse e tivesse força, eficiência e capacidade para abordar questões nacionais. Como James Madison afirmou nos textos federalistas:

Ao constituir-se um governo — integrado por homens que terão autoridade sobre outros homens —, a grande dificuldade está em que se deve, primeiro, habilitar o governante a controlar o governado e, depois, obrigá-lo a controlar-se a si mesmo. (MADISON, 1961)

Para Madison, o caminho para a formação da República exige sacrifícios por parte dos governados e dos governantes: todo o sistema normativo estabelecido deve ser obedecido por

ambas as partes, além de recair sobre o próprio governo o controle da máquina pública. Porém, com mais de dois séculos de experiências eleitorais, foi provada mais de uma vez a incapacidade do braço executivo dos poderes americanos de manter o controle das instituições, sendo que o principal obstáculo está no princípio de autocontrole. Os momentos que mais ameaçam a efetiva representação popular ocorrem com frequência em Washington: nas eleições presidenciais, um partido conquista a Casa Branca, enquanto nas eleições de meio de mandato – conhecidas como *midterms* – o mesmo partido conquista a maioria dos assentos na Câmara dos Representantes e no Senado. Ocasões como essa são mais comuns do que deveriam. Isso porque os *Founding Fathers* não anteciparam que a Constituição Federalista que escreveram contribuiria para o bipartidarismo: desde a eleição do Presidente Ulysses S. Grant, em 1869, os dois principais partidos norte-americanos (partidos Republicano e Democrata) se revezam no controle do cargo mais relevante do Executivo americano. Já no braço legislativo, o controle bipartidário data da criação dos cargos de liderança da maioria, em 1899.

No ano de 2014, o Partido Republicano conquistou a maioria em ambas as casas do Congresso – evento que não ocorria desde as eleições de 2006 – enquanto o Presidente Barack Obama, do partido oposto, exercia seus últimos anos de mandato. O resultado não permitiu margens para manobras de Barack Obama no Capitólio, situação que, de certa forma, previa os resultados nas eleições presidenciais de 2016. Donald Trump, do Partido Republicano, foi eleito para exercer o cargo de 45º presidente dos Estados Unidos. Liderando o poder executivo e o poder legislativo inteiro – Casa dos Representantes com Paul Ryan e Senado com Mitch McConnell –, o Partido Republicano usufruiu de governabilidade plena, sem obstáculos como um *Shutdown* ou um *Deadlock* em reformas consideradas fundamentais para a administração. Agora, o questionamento que torna toda a discussão da política americana pertinente ao artigo: a liderança dos poderes Legislativo e Executivo exercida pelo mesmo partido garante a proteção do princípio da representatividade plena e autocontrole do governo?

Toda a disposição política norte-americana gera, nas relações entre o poder legislativo e o poder executivo, uma atmosfera amplamente favorável à aprovação de leis injustas. Não que esse fosse o objetivo dos autores dos Artigos Federalistas, ao contrário: eles tinham como norte estabelecer um sistema guarnecido de plena segurança jurídica, como já afirmado, além de fortalecer o papel do poder executivo em nível nacional. Claro que o fato de haver uma

propensão à sanção de normas injustas não leva em seguida à obrigatoriedade da desobediência a essas normas, estando clara a possibilidade da persuasão democrática.

O embate gerado pelo sistema político americano é mais abrangente do que se parece à primeira vista: ele está compreendido tanto no campo dos ideais, como no campo da atuação política.

E um dos assuntos que ocupa relevância central nessa rivalidade é a imigração, em especial, as políticas contra imigrantes ilegais. O Partido Republicano defende a proteção de uma fronteira bem delimitada e mais exclusiva – com o propósito de proteger os direitos dos indivíduos chamados de *Real Americans*⁵ –, enquanto os Democratas defendem que a imigração mantém e ainda aprimora a pluralidade americana, sendo essa uma forma de trazer novos empreendimentos e investimentos estrangeiros de uma forma mais inclusiva.

Como já afirmado, em 2018, os Estados Unidos da América escolheram Donald Trump para exercer o comando do Poder Executivo americano. Consigo, Donald J. Trump (R) trouxe todos os ideais da ala extrema do partido republicano. Sempre que a ocasião permite, portanto, ele coloca em prática suas promessas de campanha. Essa ocasião se concretizou em julho de 2019, quando determinou novas regras para deportação de imigrantes residentes no país. De acordo com a *Agence France-Press*:

(...) os agentes de migração podem enviar de volta para seus países de origem os imigrantes ilegais que estiverem em qualquer parte dos Estados Unidos e que tenham ingressado no território americano num período inferior a dois anos, sem ter que encaminhá-los a um tribunal. (AFP, 2019)

Os imigrantes passaram a ser considerados ilegais pelos agentes de segurança do Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos⁶, sendo praticada a deportação imediata sem um julgamento apropriado.

Insurgiram-se contra a decisão diversos grupos e ONG's⁷ – que julgaram a atitude promovida pela Casa Branca improcedente, ilegal e completamente injusta.

Concretização da desobediência civil

⁵ A expressão *Real American* foi utilizada pelo especialista em política americana Theodore R. Johnson, em um artigo de opinião publicado no jornal *The Guardian*, onde afirma que “Donald Trump deixou claro: os únicos Americanos de verdade são brancos e cristãos”. (JOHNSON, 2019. TRADUÇÃO MINHA)

⁶ O United States Department of Homeland Security (DHS) tem a função declarada de proteger o território americano em situações de terrorismo e tem grande relevância na atuação em desastres naturais. Neste artigo, o ICE (U.S. Immigration and Customs Enforcement – órgão diretamente ligado ao DHS) ocupa a posição destinatário na norma considerada injusta.

⁷ O grupo American Civil Liberties Union afirmou, por exemplo, por meio de comunicado, que levaria o caso à justiça. (BBC, 2019).

Assim como o American Civil Liberties Union (ACLU), outras organizações lutam diariamente por um tratamento justo aos imigrantes ilegais. Uma dessas organizações foi iniciada em 2007, quando duas irmãs católicas e uma advogada pela imigração se depararam com as chocantes condições de sobrevivência dos imigrantes encarcerados no *Broadview Immigration Staging Center*, condição que era agravada devido à separação das famílias que lá estavam: as crianças eram detidas em celas separadas dos adultos, ou seja, dos seus pais – medida que foi praticada a partir de uma mudança nas normas do DHS (*Department of Homeland Security*). A descoberta motivou as irmãs e a advogada a estarem presentes, todas as sextas-feiras, em frente do centro de triagem, requisitando a entrada com o simples objetivo de orar pelos imigrantes detidos. Também tentavam o acesso à *McHenry County Jail* – centro de detenção localizado em Woodstock, Illinois, destino de muitos “alvos” capturados nas operações dirigidas pelos agentes do DHS -, sem sucesso.

As tentativas frustradas motivaram-nas a lutar por melhores condições àqueles que enfrentavam – e ainda enfrentam – o destino certo da deportação: nascia a *Interfaith Community for Detained Immigrants* – na tradução literal, Comunidade Inter-religiosa para Imigrantes Detidos – formada por fiéis e líderes católicos, judeus e muçulmanos. A primeira conquista da Organização foi a aprovação do projeto de lei HB4613 na Assembleia Geral de Illinois, ampliando o espaço para a atuação de outras organizações religiosas similares à ICDI. O projeto de lei foi aprovado por unanimidade, na forma descrita a seguir:

Seção 1. Título abreviado. Esta lei pode ser citada como a Lei de Acesso ao Ministério Religioso de 2008.

Seção 5. A Lei da Penitenciária do Condado é alterada adicionando a Seção 26 da seguinte maneira: (730 ILCS 125/26 novo)

Sec. 26. Detidos sob custódia de imigração; Acesso do trabalhador religioso a prisões.

- (a) Qualquer prisão do condado do Estado de Illinois com a qual tenha sido celebrado um acordo intergovernamental com a Imigração e Alfândega dos Estados Unidos (ICE) para detenção de detidos relacionados à imigração deverá fornecer aos trabalhadores religiosos acesso razoável a essa prisão. Esse acesso deve ser consistente com a segurança e a operação organizada da instalação. (...) (IGA, 2009. TRADUÇÃO MINHA)⁸

No excerto supracitado é garantida a entrada de agentes evangelizadores em instalações do ICE, o que foi considerado um avanço na legislação concernente ao

⁸ O texto original da lei aprovada pela Assembleia Geral de Illinois segue a seguir: Section 1. Short title. This Act may be cited as the Access to Religious Ministry Act of 2008.

Section 5. The County Jail Act is amended by adding Section 26 as follows: (730 ILCS 125/26 new)

Sec. 26. Detainees in immigration custody; religious worker access to jails.

(a) Any county jail in the State of Illinois for which an intergovernmental agreement has been entered into with United States Immigration and Customs Enforcement (ICE) for detention of immigration-related detainees shall be required to provide to religious workers reasonable access to such jail. Such access shall be consistent with the safety, security, and the orderly operation of the facility. (...) (IGA, 2009)

reconhecimento real da condição humana presente em cada um dos imigrantes encarcerados. Essa conquista foi obtida, de forma legítima e legal, por meio da luta e da pressão da população, de juristas, especialistas em direitos humanos e organizações como a ICDI sobre a Assembleia Legislativa de Illinois. Não houve a desobediência de uma única lei ou norma sequer, ao contrário: houve a concretização do exercício de direitos considerados como base do *Rule of Law*.

Contudo, o comportamento da organização tomou outros rumos, com a rigidez das ações anti-imigração perpetradas pelo chefe do executivo e seu partido. No capítulo anterior, foi mencionada a forte propensão do sistema à aprovação de leis injustas, além da norma posta em prática pelo presidente determinando a possibilidade de deportações imediatas, sem o devido julgamento e colocando em risco as vidas de dezenas de imigrantes ilegais – que cruzam as fronteiras americanas, ferindo as leis do país que os recebe, em busca do tão sonhado *American Way of Life*. Como uma organização fundada na religião, em valores individuais, na moral e no valor da vida humana, a última preocupação da *Interfaith Community for Detained Immigrants* é o respeito irrestrito às leis. O que é uma desobediência pacífica, frente à essência injusta que emana das normas de imigração estabelecidas por alas do partido Republicano?

Com esse ideal, no dia 18 de julho de 2019, a organização decidiu mostrar seu descontentamento perante a injustiça gerada pelo aumento dos casos de deportação imediata. Porém, ao contrário da primeira ocasião, recorreram à desobediência civil. Setenta pessoas participaram de um ato controlado realizado no Salão Oval do Senado, onde cada uma das pessoas segurava fotos de crianças que morreram em poder do governo, nas instalações para imigrantes ilegais. Os manifestantes, que ignoravam todos os avisos dos agentes de segurança, deitaram formando uma cruz humana no piso do hall. A Polícia do Capitólio interveio e começou a algemar as freiras, os líderes católicos e outros religiosos que estavam entoando cânticos, intercalados com os nomes dos jovens vítimas do descuido do governo americano com refugiados. Dentre as pessoas detidas, estavam duas senhoras religiosas. Pat Murphy – com 90 anos – e Persch – com 85 anos –, que trabalham com imigrantes na *Interfaith Community for Detained Immigrants* há 13 anos. Quando perguntada sobre o porquê das detenções no Senado, a irmã Persch afirmou o seguinte:

Isso era exatamente o que estávamos fazendo quando fomos presas. Estávamos cantando e rezando o Rosário. Nós sabemos, do fundo do coração, o que devemos fazer. Você deve fazer alguma coisa. O pequeno desconforto que sentimos neste dia é

mínimo comparado ao que os imigrantes enfrentam. (CHICAGO TRIBUNE, 2019. TRADUÇÃO MINHA)⁹

No dia em que foram presos, os manifestantes foram informados de seus direitos e receberam braceletes que indicavam sua intenção de participar da prisão coletiva. Posteriormente, agentes da Polícia do Capitólio abordaram os manifestantes questionando-os se participavam do protesto. Se a resposta fosse afirmativa, eram algemados, revistados e tinham os seus pertences apreendidos. O grupo foi levado de ônibus até uma central de processamento, que lembrou à irmã Persch um “galpão” (FAZIO, 2019).

Em setembro de 2015, o Papa Francisco concedeu o primeiro discurso papal ao Congresso Americano – desde sua inauguração em 1800 –, quando suplicou ao povo americano e às autoridades que lembrassem daqueles que ocupavam as terras do continente americano antes dos europeus, pontuando que, por um lado, todos somos descendentes de migrantes:

Tragicamente, os direitos daqueles que estavam aqui muito antes de nós nem sempre foram respeitados. Para esses povos e suas nações, do coração da democracia americana, desejo reafirmar minha mais alta estima e apreço. Construir uma nação nos clama que reconheçamos nosso dever de relacionarmos constantemente com os outros, rejeitando uma mentalidade de hostilidade, a fim de adotar uma de subsidiariedade recíproca, em um esforço constante para fazer o nosso melhor. Estou confiante de que podemos fazer isso. (FRANCISCO, 2016. TRADUÇÃO MINHA)

As sábias palavras do Chefe de Estado do Vaticano trouxeram ao meio político americano – em especial às alas mais extremas do partido Republicano – uma mensagem de amor e paz, que afastou, por um momento, toda a hostilidade que pairava nos corredores do Congresso. Como já mencionado diversas vezes neste artigo, o Congresso americano se esforça cada dia mais em dificultar a vida de imigrantes ilegais, transparecendo a ineficácia da visita de Sua Santidade ao país: a hostilidade insiste em permanecer, seja nos corredores do Congresso, seja nas carceragem do *Broadview Immigration Staging Center*. O ato praticado pelas freiras católicas – no mesmo Capitólio onde, quatro anos antes, Papa Francisco discursava – reafirma a súplica dos agentes evangelizadores pela humanização do tratamento que agentes e autoridades de segurança governamentais tomam em relação aos imigrantes.

Conclusão

⁹ A transcrição original se apresenta desta forma: “This is exactly what we were doing when we were arrested. We were singing and praying the rosary,” Persch said in reflection after the rosary on Friday morning. “We just know in our heart that this is what we have to do,” Persch said. “These last two times, it was filling God’s call to us to do something more ... how could we say no?”

A posteriori, as Leis compõem a base do Direito. São os alicerces que sustentam todo o Estado e sua complexa organização. Ao redor delas, orbitam os direitos e deveres, essenciais na garantia da liberdade do homem. A partir das premissas socrática e rousseauiana, elas possuem esses valores: devem ser cumpridas da forma posta pelas autoridades, uma vez que está nas mãos dos governados o poder de quebrar o contrato firmado entre eles. Para Rousseau, “a liberdade consiste na obediência à lei que cada um se prescreveu” (Do Contrato Social, capítulo VIII). Além dele, Cícero também entendeu a importância das Leis, transmitindo tão claramente o conceito ao afirmar que a “lei é algo de eterno, que rege todas as nações, com sabedoria para ordenar e proibir... capaz de prescrever e dissuadir” (CÍCERO, De Legibus, II c., par. 8)¹⁰.

Inerente ao nascimento das Leis, de forma fraterna e imediata, está o intuito de que essa lei seja obedecida. A obediência às normas singulares foi teorizada por Norberto Bobbio, considerado um *mâitre-à-penser* do século XX, em sua obra “*Teoria da Norma Jurídica*”, onde afirma que:

O que significa propriamente “obedecer”? Significa aceitar uma certa norma de conduta como vinculante, isto é, como existente em um dado ordenamento jurídico, e portanto, válida. (BOBBIO, 2002)

A partir do excerto da obra *Teoria da Norma Jurídica*, depreende-se o seguinte: se Bobbio acredita que a obediência da norma é caracterizada pela aceitação da sua validade, ao considerar que validade e justiça são conceitos diametralmente diferentes, afirma que a obediência não depende da justiça – esteja ela presente ou ausente – na norma. Obedecer uma norma do direito positivo depende, apenas, da legitimidade de sua validade.

Tratando ainda do discurso da obra de Thoreau, a inconveniência decorrente de um ato de desobediência civil desorganizado pode ultrapassar a própria inconveniência da norma. William Paley estava correto, ao questionar até onde devemos seguir em nome da justiça. Em um trecho de sua obra, porém, Thoreau afirma que existem “casos aos quais não se aplicam as regras de convivência, em que um povo, tanto quanto um indivíduo, deve fazer justiça, custe o que custar”. A partir disso, deve-se entender que não há um limite na busca da justiça? Seria, então, um convite de Thoreau a uma jornada de volta para a sociedade do homem no seu estado natural – aquele mesmo estado natural proposto por Thomas Hobbes? Ao que parece, sim.

¹⁰ A transcrição original se apresenta desta forma: “Legem esse aeternum quiddam, quod universum mundum reget, imperandi prohibendique sapientia... aut cogentis aut vetantis... ad iubendum et ad deterrendum idonea” CÍCERO, De Legibus, II c., par. 8

E a injustiça? A resposta à ela parece surgir da Desobediência Civil, de Thoreau. Apesar de se apresentar como a “melhor saída”, não passa de conceito alternativo, que supostamente substitui a obediência às leis, uma das colunas que sustentam o Direito, por uma busca pela justiça, um remendo temporário que impede o desmoronamento de toda a sociedade civil. Vazia de significado e preenchida com lacunas: ao conceituar a prática que já é antiga e anterior a ele mesmo, Thoreau teoriza na contramão da filosofia contratualista – como alguns afirmam, afronta o próprio Estado. A fragilidade de sua teoria é tão aparente, que apenas uma simples – porém fundamental – pergunta já a desconstrói:

“O que é a injustiça?”.

Ora, a injustiça pode ser abordada de diversas formas: ao longo da história da filosofia, da ciência política e do Direito observa-se uma infinidade de autores que dissertaram de forma exaustiva sobre esse conceito tão conhecido, mas com um entendimento praticamente inatingível. Ressalta-se que a ilusão de justiça nos ordenamentos jurídicos e nas normas singulares é mais presente do que a justiça em si, porque, como Bobbio afirma ao criticar a doutrina jusnaturalista:

O defeito da doutrina jusnaturalista é que as opiniões são muito divergentes sobre o que se deve entender por “justiça”. Por “justiça” entende-se, em geral, “igualdade”. Diremos, então, que normas jurídicas são aquelas que tornam possível relações de igualdade entre os cidadãos? Mas “igualdade” não é um termo um pouco vago? Igualdade *em relação* a quê? Na história do pensamento jurídico, são conhecidas pelo menos quatro respostas a esta última pergunta: Igualdade segundo o mérito, segundo a necessidade, segundo o trabalho, segundo o *status*. Qual desses critérios é o *justo*, ou seja, o que permite afirmar que uma norma é jurídica ao sustentar-se que uma norma, para ser jurídica, deve ser também justa? (BOBBIO, 2002)

O autor faz uma exposição bem clara da essência variável da justiça, ao tentar defender que uma norma não deve possuir o conceito de “norma jurídica” apenas por ser justa. Tomar-se-á um exemplo pertinente ao trabalho: se um dispositivo legal – inferior à norma fundamental do território em questão – não pode ser considerado como parte do ordenamento jurídico devido apenas à justiça ou injustiça presente nele, deixando de lado a sua validade, como poderia esse mesmo dispositivo ser transgredido em nome da justiça? Não só poderia, mas tem acontecido com frequência, como já afirmado, ao longo da história da humanidade. Mas quais as consequências de atitudes como essas? Bobbio respondeu também à esse questionamento, da forma mais direta possível:

Se a observação da natureza não oferece base suficiente para determinar o que é justo e o que é injusto, de modo universalmente reconhecível, a redução da validade à justiça leva a apenas uma só e grave consequência: A destruição de um dos Valores fundamentais sobre o qual se apoia o Direito Positivo (entendido como direito válido), o valor da *certeza*. (BOBBIO, 2002)

O conceito universal de injustiça não existe, ainda afirmando que, quando se aplica um método reducionista à validade da norma – reduzindo-a a justiça – o único resultado possível é a destruição da segurança jurídica – tão defendida pelo jusfilósofo Hans Kelsen em sua obra *Teoria Geral do Direito* –, ou do “valor da certeza”.

Bobbio ainda reafirma em sua obra que a desobediência às leis leva à um único caminho, pontuado por ele a partir do ponto de vista de que as leis fundamentam a certeza e a segurança da vida civil, na forma seguinte:

Compete a todos os cidadãos; neste caso, uma vez que este critérios de Justiça são diversos e redutíveis, em relação àqueles que desobedecerem a lei porque a julgam injusta, e sendo injusta e válida os governantes nada poderiam objetar, e a segurança da vida civil no âmbito das leis estaria completamente destruída. (BOBBIO, 2001)

Portanto, em consonância com as posições contratualistas, Bobbio apresenta que a manutenção da segurança da vida civil dependerá da resposta dos governantes à desobediência das leis consideradas “injustas”.

Faz-se necessário pontuar que o objetivo deste trabalho não foi criticar os atos de desobediência civil em si mesmos, mas sim, criticar a fundamentação teórica utilizada por Thoreau em seu livro e ainda acusar que atos de desobediência civil – desde o liderado por Martin Luther King em 1963 até o ato das freiras que adentraram ao Capitólio em julho de 2019 – não foram inquestionavelmente fundamentados na teoria de Thoreau, além de trazer uma nova perspectiva quanto à pacificidade de um movimento.

O caráter pacífico dos movimentos de desobediência pode ser questionado a partir do seguinte ângulo de análise: os movimentos de desobediência foram pacíficos em relação à ausência de destruição de propriedade privada e agressão à individualidade do ser humano, mas pode ser observado nos tempos destes episódios de desobediência uma agressão sumária às normas jurídicas. Portanto, a integridade humana foi respeitada por inteiro, mas e a violência, como referida por Bobbio, à “segurança da vida civil no âmbito das leis”?

O jusfilósofo italiano responde qual a herança da desobediência em sua obra intitulada *Teoria da Norma Jurídica*, onde afirma:

Compete a todos os cidadãos neste caso uma vez que este critérios de Justiça são diversos e redutíveis em relação àqueles que desobedecerem a lei porque a julgam injusta e sendo injusta e válida os governantes nada poderiam objetar e a segurança da vida civil no âmbito das leis estaria completamente destruída. (BOBBIO, 2001)

Em consonância com as posições contratualistas, Bobbio assevera que a manutenção da segurança da vida civil dependerá da resposta dos governantes à desobediência das leis

consideradas “injustas”. Também não se objetiva invalidar as conquistas provenientes dos atos de desobediência perpetrados ao longo do século XX – ou até anteriores –, pois muitos dos atos realmente expuseram leis positivas injustas para alguns grupos da sociedade. Porém, questionar se a Desobediência caracteriza-se como a única forma de alterar uma lei posta considerada injusta.

Ademais, uma análise profunda do semestre legislativo seguinte ao episódio de desobediência civil no Capitol Hill mostra que pouco mudou na Lei de Imigração americana e na forma de tratamento do agentes do ICE. Seguindo um viés contrário ao objetivo das freiras, é notável que o Presidente Donald Trump aproveita qualquer brecha para trazer a sua posição anti-imigração aos holofotes. Inclusive, no fim de 2019, o republicano aproveitou um ato político para expressar seu descontentamento pelos imigrantes mexicanos, ao afirmar em um discurso¹¹ que “quando o México envia seu pessoal, eles não enviam os melhores. Eles estão enviando pessoas com muitos problemas, e estes trazem seus problemas para nós. Estão trazendo drogas. Estão trazendo crime. Eles são estupradores. E alguns, eu acredito, são boas pessoas”. Com uma posição arbitrária, o presidente reflete seus ideais e seu discurso por meio de suas medidas e sanções.

Outra questão que se apresenta relevante é a banalização do papel do *Rule Of Law*, que passa a ser tratado como um dispositivo posto que deve ser observado apenas quando convém ao indivíduo, fazendo a teoria de Thoreau se apresentar análoga à ideia da expressão “um peso, duas medidas”: por um lado, leis injustas são negadas e são desobedecidas; por outro lado, ao desobedecer algumas normas em detrimento de outras, por características que não envolvem a legitimidade da sua validade, os indivíduos que recorrem à prática da desobediência acabam por quebrar e atribuir um valor nulo a todo o ordenamento jurídico, aquele mesmo que garante a liberdade de expressão e a democracia pela vontade geral.

Nada obstante, o papel do Estado de Direito na política americana recebeu grande ênfase no mês de junho de 2020: com a erupção dos protestos “Black Lives Matter”, a organização terrorista ANTIFA se infiltrou em muitos desses movimentos, entremeando-se em grupos de manifestantes legítimos, espalhando destruição, caos e violência. A grave situação motivou o Presidente Donald Trump a discursar no Rose Garden da Casa Branca, sobre a defesa do Estado de Direito americano, da lei e da ordem:

¹¹ Transcrição original do discurso do Presidente Trump: “When Mexico sends its people, they’re not sending their best. They’re sending people that have lots of problems, and they’re bringing those problems for us. They’re bringing drugs. They’re bringing crime. They’re rapists. And some, I assume, are good people.” (WASHINGTON POST, 2019. TRADUÇÃO MINHA)

Uma lei e ordem – é isso que temos: uma lei. Nós temos uma lei maravilhosa. A América é fundada sobre o Estado de Direito. É a fundação de nossa prosperidade, nossa liberdade, o nosso próprio jeito de viver. Mas onde não há lei, não há oportunidade. Onde não há justiça, não há liberdade. Onde não há liberdade, não há futuro. (TRUMP, 2020)¹²

Ao emitir seu discurso, chamado de “Lei & Justiça”, o presidente norte-americano segue o exemplo do ex-presidente Abraham Lincoln, que deixou um legado de respeito irrestrito à lei e à ordem. Do alto do Lincoln Memorial em Washington, a estátua do ex-presidente lança seu olhar marmorizado sobre o atual presidente americano, que segue a mesma linha do discurso entregue pelo então advogado há quase 190 anos, no dia 28 de janeiro de 1838, Lincoln entregava um discurso, descrito parcialmente a seguir:

Que todo americano, todo amante da liberdade, todo homem que queira o bem da sua posteridade jure pelo sangue da Revolução que nunca violará as leis do país, nem no mais ínfimo detalhe, e nunca tolerará que sejam violadas por outrem. Como fizeram os patriotas de 1776 em defesa da Declaração de Independência, e da mesma forma para defesa da Constituição e das leis, que todo americano empenhe a própria vida, sua propriedade e sua honra sagrada - Que todo homem lembre que violar a lei é pisotear o sangue de seu pai e rasgar sua própria carta de direitos e a liberdade de seus filhos. Que o respeito às leis seja instilado por toda mãe americana ao bebê que balbucia em seu colo-seja ensinado nas escolas, nos seminários e nas faculdades - seja escrito nos catecismos, nas cartilhas e nos almanaques - seja pregado nos púlpitos, proclamado nas câmeras legislativas e aplicada nos tribunais de justiça. E, em suma, que se torne a religião política da nação e os velhos e os jovens, os ricos e os pobres, os circunspectos e os expansivos, de todos os sexos e de todas as línguas, cores e condições, prestem incessantes sacrifícios em seus altares. (LINCOLN, 2013)

Assim, ao encerrar este artigo com “A perpetuação de nossas instituições políticas”, escrito e publicado por Lincoln no Liceu dos Rapazes de Springfield, muitos anos antes de ser eleito presidente dos Estados Unidos, busca-se apresentar a mais clara demonstração pública dos ideais de reverência às normas, às instituições e às liberdades individuais (protegidas apenas por meio da manutenção das duas primeiras).

Abraham Lincoln, por meio de atos legais – sem arriscar o colapso da segurança jurídica, das normas jurídicas e do Estado em si – determinou a abolição da escravidão e organizou o fim da Guerra Civil Americana (através da Proclamação de Emancipação, que foi eficaz tanto para o fim da escravidão, como para o fim da Guerra, demonstrando que Lincoln utilizou de sua eloquência política e todos os meios válidos para lutar pelos propósitos considerados justos para a União – princípio de justiça que era oposto ao dos Confederados).

Quando insisto com tanta premência em uma observância estrita de todas as leis, não entendam que eu esteja dizendo que não existam leis ruins, Nem que não possam

¹² Transcrição original do discurso do Presidente Trump: “One law and order — and that is what it is: one law. We have one beautiful law. America is founded upon the rule of law. It is the foundation of our prosperity, our freedom, and our very way of life. But where there is no law, there is no opportunity. Where there is no justice, there is no liberty. Where there is no safety, there is no future.” (TRUMP, 2020)

surgir agravos para cuja reparação não haja dispositivos legais estabelecidos. Não é isso, de maneira nenhuma, o que quero dizer. O que quero dizer, isto sim, é que, as leis ruins, se existem, devem ser revogadas o mais breve possível, a enquanto estiverem em vigor, têm de, em prol do exemplo, ser religiosamente observadas. (LINCOLN, 2013)

Neste outro excerto de seu discurso, Abraham Lincoln reafirma a “religião política da nação”, além de expressar seu desejo de que todos os cidadãos da nação, sem restrição, vivessem a partir da devoção ao ordenamento jurídico.

O discurso transcrito, como já afirmado, foi publicado pelo então advogado Abraham Lincoln quando havia completado 28 anos de defesa pela obediência estrita das Leis. E vinte e sete anos depois, o advogado – em seu segundo mandato como Presidente dos Estados Unidos –, foi assassinado no Teatro Ford, em Washington, por um “ativista do Sul inconformado com a assinatura da Proclamação de Emancipação e com a derrota dos Confederados frente à União” (LAWRENCE, 2015).

Abraham Lincoln conseguiu, por meio de uma norma válida, instituir a justiça reconhecida na época e encerrar o banho de sangue que era causado pela Guerra de Secessão; Sócrates aceitou sua condenação, pela integridade de sua consciência e devoção ao contrato assinado entre todos os cidadãos; Ambos perderam a vida por defender o respeito às leis e as normas válidas.

É realmente crível que outros tantos movimentos de desobediência civil – que tentaram trilhar o caminho da justiça por meio de bússolas guiadas não pelo ordenamento jurídico ou pelo respeito à vontade geral, mas sim, pelo desrespeito às leis – não possuíam outras alternativas para atingir seus objetivos, seu justo destino?

Referências Bibliográficas

AFP, Agence France-Presse. **EUA ampliam medidas para deportação imediata de imigrantes ilegais.** Jul, 23. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/07/23/interna_internacional,1071872/ea-ampliam-medidas-para-deportacao-imediata-de-imigrantes-ilegais.shtml.

BOBBIO, Norberto. **Teoria da Norma jurídica** / trad. Fernando Pavan Babbista é Ariano Bueno Sudatti. Bauru, SP : EDIPRO, 2001.

COLEN, José. **Porque obedecer às leis? Rer O Críton de Platão.** Revista Direito & Política. Diário de Bordo Editores. Out, 2013.

FAZIO, Marie. Chicago Tribune, **Chicago nuns, 86 and 90, take protest for immigrants to Washington after years of prayer at Broadview ICE center.** Jul, 27. 2019. Disponível em:

<https://www.chicagotribune.com/news/breaking/ct-chicago-catholic-nuns-arrested-ice-protests-20190727-b46byju2pzd4lpw26v5rfbxggm-story.html>.

FRANCISCO. **The Allure of Goodness and Love: Pope Francis in the United States Complete Texts**. Liturgical Press, 2016. p 24.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John; **The federalist papers**. Fifth printing. Nas York, Mentor Book/The New American Library Inc., 1961. Tradução de Cid Knipell Moreira.

ILLINOIS GENERAL ASSEMBLY. **Illinois Compiled Statutes. Public Act 095-1022 HB4613 EnrolledLRB095 16534 RLC 42565**. Effective Date: 6/1/2009.

JANG, Marissa J. THE WASHINGTON POST. **70 Catholics arrested in D.C. protest over Trump immigration policies**. 18, Jul. 2019. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/local/70-catholics-arrested-in-dc-protest-over-trump-immigration-policies/2019/07/18/1f3b2bd6-a973-11e9-86dd-d7f0e60391e9_story.html.

JOHNSON, Theodore R. **Donald Trump has made it clear: the only 'real Americans' are white and Christian**. THE GUARDIAN. 16, Jul. 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2019/jul/16/trump-real-americans-white-christian>.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito** : [tradução João Baptista Machado]. – 6ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1998. – (Ensino Superior)

KRAUT, Richard. **Socrates and the State**. Princeton University Press, Princeton (NJ). 1984.

LAWRENCE, Abel E. **A finger in Lincoln's brain: what modern science reveals about Lincoln, his assassination and it's aftermath**. ABC-CLIO, 2015.

LINCOLN, Abraham. **Discursos de Lincoln**. Editora Companhia das Letras. 2013

LUCAS, Doglas Cesar. **A DESOBEDIÊNCIA CIVIL NA TEORIA JURÍDICA DE RONALD DWORKIN**. (RE)PENSANDO DIREITO. CNECEdigraf. Ano 4, n. 8. jul/dez. 2014.

McCORMAC, Eugene Irving. **James K. Polk, A political biography**. 1922.

NICHOLS, Roy Franklin. **The Invention of the American political parties**. 1967

PESSANHA, José Américo. **Sócrates: vida e obra**. *Socrates*. 2. ed. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1980.

PLATÃO. **Diálogos III – Fedro (ou Do Belo), Eutífron (ou Da Religiosidade), Apologia de Sócrates, Críton (ou Do Dever), Fédon (ou Da Alma)**. 2 ed. São Paulo : EDIPRO, 2019.

REDAÇÃO BBC MUNDO, BBC news Brasil. **As novas regras que ampliam deportação imediata de imigrantes ilegais nos EUA**. 23, Jul. 2019. Acesso em: mai, 09. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49083376>.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. São Paulo. Ed. Martin Claret, 2013. (Coleção obra-prima de cada autor)

THOREAU, Henry David. **A desobediência civil**. Tradução: Sérgio Karam. Porto Alegre: L&PM, 1997.

TRUMP, Donald J. **Statement by the President: LAW & JUSTICE**. Issued on: June 1, 2020. Rose Garden, 6:43 P.M. EDT. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/statement-by-the-president-39/>.